

**“O FUTURO QUE NÃO
QUEREMOS”: ANÁLISE CRÍTICA
DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DA ECONOMIA
VERDE NO ÂMBITO DA RIO +
20**

*NOTA TÉCNICA-
CFESS(2013)*

NOTA TÉCNICA – CFESS

Andréa Lima¹

Introdução

“Revolução isto é: descobrimento, mundo recomeçado a partir da praia pura como poema a partir da página em branco” (Sophia de Mello Breyner Andresen, in “O Nome das Coisas”).

O debate sobre o desenvolvimento sustentável remete à crise da sociabilidade, momento em que para garantir a restauração capitalista, o capital utiliza estratégias de racionalização política e ideológica, que em situações de crise se transformam na própria forma de ser da classe dominante, ou seja, de discurso que se transmutam em práticas que instituem modo de ser e de pensar.

A classe dominante no jogo de disputa para manter seu *status quo* tenta assegurar, que na vida cotidiana dos indivíduos, haja reprodução ativa do pensamento dominante. Não é por acaso que a noção de desenvolvimento sustentável conquistou “corações e mentes” no senso comum da população; entre os militantes de diversos movimentos sociais e instituições democráticas no âmbito da luta socioambiental. Desenvolvimento sustentável funciona como “ópio” do tempo presente e nisso consiste sua força justificadora para combater a desigualdade social. Neste sentido, a questão do desenvolvimento sustentável e sua efetivação é tema central nas conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Foi assim na Rio 92, na Rio + 10 em 2002 e na Rio + 20 em Junho de 2012.

Nosso objetivo nesta nota técnica é analisar o desenvolvimento sustentável e a chamada “Economia Verde” no âmbito dos encontros Rio + 20 e Cúpula dos Povos de 2012 em atendimento à solicitação do CFESS para contribuir com o debate crítico sobre as concepções de desenvolvimento sustentável de acordo com a deliberação 24 do Eixo Seguridade Social do 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS. Neste sentido, torna-se relevante o entendimento das particularidades da crise contemporânea do capital e as estratégias de dominação da burguesia que nos possibilite desvendar a função social e ideológica do desenvolvimento sustentável e da “economia verde”.

¹ Assistente Social. Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Pesquisadora e Vice- Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Urbano-Rural, Meio Ambiente e Movimentos Sociais e Serviço Social – QTEMOSS (Email: dealima18@gmail.com)

Partimos de dois pressupostos fundamentais. O primeiro refere-se ao entendimento de que a questão socioambiental só pode ser apreendida em toda sua complexidade se considerarmos as profundas mudanças realizadas pelo sistema do capital para superar sua crise e continuar seu projeto hegemônico de acumulação. E o segundo, diz respeito ao fato de que antes do surgimento dos movimentos ambientalistas prevalecia o ideário de que a natureza era fonte inesgotável de recursos para a produção de mercadorias. Hoje temos a certeza de uma trajetória histórica rumo ao seu colapso mediante a lógica destrutiva do capital.

O desenvolvimento sustentável na sociabilidade capitalista

O acirramento e visibilidade da degradação do meio ambiente tornou obrigatória a análise sobre a questão socioambiental e, conseqüentemente, sobre uma alternativa para o modelo de desenvolvimento hegemônico, pois, o atual padrão de crescimento e desenvolvimento imerso na lógica da produção do consumo em massa (fordista-taylorista), que perdurou pelo século XX provocou uma crise ecológica sem precedentes para as gerações do presente e do futuro. Foi, portanto, num contexto sócio-histórico de intensa ação entrópica no meio ambiente que a discussão em torno do *desenvolvimento* impôs-se na ordem do dia.

Historicamente, o debate sobre a noção de desenvolvimento resultou numa série de polêmicas, considerando a direção teórico-política e as implicações práticas em termos das decisões políticas vivenciadas pelos Estados-Nações e pelas classes sociais na disputa hegemônica. Trata-se, portanto, do reconhecimento da dimensão ideológica que permeia a concepção de desenvolvimento e, notadamente, o entendimento sobre desenvolvimento sustentável.

Na esteira das reivindicações dos movimentos sociais e partidos políticos identificados com o pensamento de esquerda que se fortaleceram logo após a II Guerra Mundial, ocorreu uma espécie de renovação da agenda política da esquerda. Esta agenda incluiu, dentre outras questões, a defesa explícita dos direitos humanos e a questão ambiental. Além disso, o desenvolvimento passa a ser apreendido como um processo que desencadeia, simultaneamente, três importantes dimensões da vida social: a eficiência econômica, equidade social e a liberdade política.

Condensando estas três dimensões, surge na década de 1970 um conceito ampliado de Desenvolvimento Sustentável no marco histórico das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em junho de 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo que objetivou aprofundar a discussão sobre a preservação do meio ambiente e as possibilidades para a melhoria do ambiente humano. Essa conferência resultou numa declaração que tematizou os principais problemas ambientais, como a industrialização, a explosão demográfica e o crescimento urbano (Silva, 2002). O reconhecimento do direito a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as gerações futuras saiu do arcabouço desta reunião.

Sobre a visibilidade política da ideia de desenvolvimento, o entendimento era de que para o aperfeiçoamento de um tipo de sociedade cada vez mais consumista se fazia necessário construir uma proposta eficaz para assegurar o crescimento econômico sem destruir e degradar o meio ambiente. Tratava-se, portanto, de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Nesta forma de conceber o desenvolvimento, não estava presente as determinações mais profundas postas pelo padrão vigente de sociabilidade já ancorado no modelo flexível de produção e de livre mercado.

As consequências irreversíveis da crise ecológica e as pressões dos movimentos ambientalistas, em nível mundial impulsionaram a ONU a criar, no ano de 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMAD) com o objetivo de avaliar as agressões ambientais e os possíveis progressos alcançados na resolução destes problemas.

O resultado do trabalho da citada comissão foi intitulado “*Nosso futuro Comum*”, também, conhecido como *Relatório Brundtland*, que envolto ao projeto neoliberal, lançou a proposta e o conceito do Desenvolvimento Sustentável como um “*processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras*” (CMMAD). Começava a criar raízes ideológicas, a possibilidade de confluir no contexto de acumulação do capital, um tipo de desenvolvimento com caráter de preservação e crescimento econômico com “limites”.

O nascedouro da proposta de Desenvolvimento Sustentável foi sem dúvida as preocupações dos novos segmentos democráticos de esquerda que passaram a intervir diretamente na questão socioambiental. Mas é inegável o processo de apropriação realizado pelos organismos internacionais que assumem esta questão e imprimem direção social no debate e nas decisões estratégicas de acordo com os interesses dominantes.

É imperativo ressaltar que a concepção de desenvolvimento contida no *Relatório Brundtland* orienta-se pela política neoliberal, apoiada nos mecanismos que favorecem a lógica do mercado no contexto da mundialização do capital. Nestes

termos, a proposta de Desenvolvimento Sustentável foi apropriada pelo projeto hegemônico como alternativa viável para manter a acumulação capitalista em sintonia com o discurso do crescimento econômico e da sustentabilidade ecológica.

Dissemina-se, assim, a idéia de que o problema central é controlar a produção capitalista, através da “preservação” dos bens renováveis e não-renováveis da natureza, utilizando o argumento ideológico de “preservá-la” para as gerações futuras.

A efetivação desta supracitada proposta como alternativa de controle diante do desenvolvimento predatório do sistema do capital esbarra no principal fundamento desse sistema: a valorização da propriedade privada por meio do lucro e a perspectiva crescente de acumulação do capital - que impede qualquer tentativa de racionalizar e controlar o processo produtivo, para que todos saiam ganhando. Sobre isto, Foladori (2001, p.157) comenta, *“o lucro é conquistado por meio da decorrência do mercado. Uns ganham se outros perdem. Não há forma de fazer que todos ganhem, simultaneamente”*.

As conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente têm se revelado um verdadeiro balcão de negócios entre os Estados-Nações, que a partir dos interesses dos países centrais e das agências financeiras internacionais como o FMI, OMC, BID decidem o futuro da humanidade através da proposta de um desenvolvimento sustentável que está ancorado como projeto do capital em sua trajetória de acumulação geográfica expansível e intensificada (Harvey, 2006).

Rio-92 = Rio + 10 = Rio + 20: “eu vejo o futuro repetir o passado...”

Antes de qualquer análise sobre a Rio + 20 se faz necessário retomarmos as discussões e acordos que foram efetivados nos marcos das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Rio-92 e/ou Eco-92, e, também, da Rio + 10 que ocorreu em Johannesburgo na África em 2002.

Na Rio-92 foram reunidos 114 Chefes de Estados; 170 Delegações Oficiais; representantes do FMI e do Banco Mundial e mais de 3000 ONG's² com o objetivo de discutir e analisar a Questão Ambiental e o “modelo” de Desenvolvimento em curso. Além de acordos entre os países, foram aprovados, durante esta conferência, dois

² Enquanto os representantes oficiais se reuniam no espaço principal da cúpula, “as ONG's e os movimentos sociais cumpriam uma movimentada agenda nos estandes armados na praia do Flamengo, estabelecendo uma nova base de articulação mundial. Destas reuniões, resultaram dezenas de declarações de compromisso e tratados entre as ONG's e movimentos sociais de todo o mundo” (Cf: www.ongbrasil.org.br)

importantes documentos: a Carta da Terra e a Agenda 21. Foi na Rio-92 que se consagrou o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A “Declaração do Rio”, conhecida, também, como Carta da Terra é um belíssimo texto que versa sobre os anseios, desejos e vontades de todos os povos do mundo, colocando na centralidade da discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável, o ser humano, além de consagrar o direito dos países pobres ao desenvolvimento. Sem dúvida incentiva à paz, à cooperação e à participação. Na verdade é um tratado para o presente e para as gerações futuras. A Agenda 21 é o chamado produto central da conferência,

“trata-se de documento político com compromissos assumidos pelos Estados, traduzidos em ações concretas, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Será uma espécie de guia da cooperação internacional para as próximas décadas, pois as ações que estiverem nela contempladas terão melhores condições de receber cooperação internacional para a sua realização³”.

A Conferência do Rio de Janeiro revelou o debate histórico acerca dos problemas ambientais pelo fato de incluir na agenda política de discussão sobre o meio ambiente, o problema da fome, as disparidades econômicas e sociais entre os países do Norte e do Sul; a dívida externa dos países pobres e dos Estados em Desenvolvimento.

A Rio-92 foi marcada pela contradição que permeia a luta de classe e as estratégias de acumulação capitalista, numa disputa acirrada entre as propostas de organizações comprometidas de fato com a preservação da natureza, uso sustentado do meio ambiente e que sinalizavam para erradicação da pobreza aos projetos neoliberais no âmbito do desenvolvimento sustentável voltados à manutenção e funcionamento do mercado, defendidos pelos Chefes de Estados dos países centrais e representantes das Organizações Financeiras Internacionais

Das várias sessões de debates e disputas ocorridas durante a Rio-92, merecem destaque dois acontecimentos: a recusa dos EUA (representado pelo ex-presidente George Bush) em assinar o acordo que obriga os países a reduzirem em 20% a emissão de gases poluentes e o momento da discussão sobre Diversidade Biológica, em que alguns países centrais, liderados pelos EUA, lançaram a proposta de que a diversidade biológica de um país fosse “patrimônio comum da humanidade”.

³ Cf: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório da Delegação Brasileira. Brasília, 1993.

Tal proposta causou uma divisão, visto que alguns países defendiam, diferentemente disso, a soberania do seu território, entre eles o Brasil.

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB é considerada como um dos principais resultados da Rio-92 e é entendida como marco legal e político sobre biodiversidade em todo o mundo. O objetivo central dessa convenção é orientar para a gestão do uso dos recursos naturais, como está previsto no “Regime Internacional sobre Acessos aos Recursos Genéticos e Repartição dos Benefícios”⁴.

É imperativo afirmar que a internacionalização da biodiversidade significaria, entre outras coisas, o fim da soberania nacional dos recursos da biodiversidade⁵. Esta tentativa de “internacionalização” da biodiversidade no mundo é uma tendência que ganha força no rol de estratégias de reestruturação e expansão do capital que busca novos espaços a ser saqueado e explorado para fins de acumulação, assim como aconteceu no Brasil há mais de 500 anos atrás (Shiva, 2001).

Entre os interstícios das conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, emerge uma série de questionamentos a respeito da validade, e, sobretudo, da efetividade das propostas lançadas no bojo desses eventos.

No entanto, as discussões em torno do Desenvolvimento Sustentável ganharam um novo contorno por meio de novas estratégias articuladas para assegurar adaptação de forma mais eficiente ao mercado e a sua lógica de acumulação. Com isto, entra em cena o que se convencionou chamar de “capitalismo verde”. O desenvolvimento sustentável reapropriado para servir aos interesses do capital vem se institucionalizando a partir da ideia desse suposto “capitalismo verde e humanizado”.

O chamado “capitalismo verde” mantém a funcionalidade dos imperativos de produção do capital e orienta-se mediante o discurso da sustentabilidade, na perspectiva de conservar os recursos naturais, fonte de matéria-prima, na medida em que esta conservação não prejudique a produção e nem coloque em xeque o processo de acumulação do capital, via garantia de rentabilidade e do lucro na produção das mercadorias.

Ficam explícitos os limites do desenvolvimento sustentável no que está preconizado no *Relatório Brundtland*, ou mesmo nos princípios do desenvolvimento sustentável formulado por Sachs (2000) que compreende o alcance da homogeneidade social, distribuição de uma renda justa, igualdade no acesso aos bens

⁴ Cf: www.cdb.gov.br

⁵ “O Brasil, desde o princípio, advogou a tese de que o acesso aos recursos biológicos deve ser definido com base em acordo mútuo, e não permitido livremente, como o queriam alguns países, sobretudo industrializados. Também, obtivemos êxito em fazer prevalecer o conceito de que os recursos biológicos pertencem aos países, e não constituem uma ‘herança’ ou ‘patrimônio comum’ da humanidade” (CNUMD, Relatório da delegação Brasileira, 1992).

e serviços; nível razoável de coesão social; segurança alimentar; democracia e apropriação efetiva dos direitos humanos e respeito a autodepuração dos ecossistemas naturais propagados em mais de vinte anos de conferências das Nações Unidas. Na sociedade capitalista essas propostas se tornam sem concretude na vida social, sobretudo na realidade das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora nos países periféricos e em desenvolvimento.

A estratégia da “sustentabilidade” se transformou num discurso ideológico utilizado, política e economicamente, de modo funcional ao desenvolvimento do capital e que foi reiterado na Cúpula Mundial sobre desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo na África do Sul em 2002, conhecida como Rio + 10, cujo objetivo principal era rever as metas propostas pela Agenda 21. Foi uma tentativa de validar o que tinha sido discutido e acordado na Rio-92, se constituindo em mais uma busca das Nações Unidas em (re)estabelecer metas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Dez anos se passaram entre a Rio-92 e a Rio + 10 e temos convicção ao analisarmos a realidade que a desigualdade social e a crise ambiental se acentuaram, enquanto a preocupação essencial dos países centrais e organismos internacionais continua sendo a manutenção do crescimento econômico sem prejuízo ao projeto de acumulação do capital, o que obviamente resulta na destruição do meio ambiente e das condições de trabalho.

A maioria das ONG's presentes em Johannesburgo criticou o Plano de Ação Global construídos na Rio+10, pois não fixava metas ou avanços fundamentais sobre o desenvolvimento dos países pobres, como a questão da dívida externa; a transferência de recursos e de tecnologia; dos subsídios para a exportação agrícola entre outros. Percebe-se que a pauta sobre estas reivindicações não mudou e que permanece atual porque não houve acordos sobre esses pontos.

Como exemplo disso, podemos citar os debates sobre Energia que se constituíram como um elemento de impasse da conferência. Como já era de se esperar, os EUA como maior consumidor de petróleo do mundo, trataram de derrubar as iniciativas que ampliariam as fontes renováveis de energia, como a solar e a eólica, descartando qualquer mudança mais radical no uso dos combustíveis fósseis.

Outros impasses ocorridos durante a conferência, tais como a falta de iniciativas concretas voltadas para o desenvolvimento dos países periféricos e o descumprimento dos acordos firmados anteriormente na antológica Rio-92 são questões que revelam a ineficácia das propostas de desenvolvimento sustentável e de um capitalismo verde para desacelerar o crescimento econômico e a produção e consumo com objetivo de preservar o meio ambiente neste momento histórico de

incontrolabilidade do capital. Para Misoczki e Böhm (2012, p.550), a agenda de negócios foi incorporada/internalizada pelas Nações Unidas. E as propostas e recomendações que tinham potencial de mudanças, acabaram por reiterar a velha ordem. Foi assim na Rio-92 e se evidenciou na Rio + 10, descrita como uma grande feira de negócios.

Podemos afirmar que prevaleceu a lógica própria da sociabilidade capitalista voltada para a acumulação sem limites. Assim, o mundo está cada vez mais degradado, pauperizado e espoliado, sendo que agora está legitimado pelos acordos ambientais subservientes às regras mercantis impostas pela OMC, FMI, Banco Mundial e do unilateralismo americano.

Diante disso, a ideia presente no discurso em defesa do desenvolvimento sustentável precisava ser renovada e reiterada com maior absorção e integração pelo mercado. Era preciso uma reorientação nas bases produtivas e de consumo para favorecer de modo rentável o “intercâmbio” sustentável entre o modo de produção capitalista e seu projeto de acumulação acrescido do caráter da preservação com o meio ambiente para as gerações do presente e do futuro, mantendo o processo produtivo em franca expansão. Cria-se o ideário de uma “Economia Verde”⁶ e a Rio + 20 foi palco central desta discussão.

Considerada a maior conferência já realizada pela ONU a Rio + 20 foi um evento grandioso em todos os sentidos, desde o êxito dos negócios “sustentáveis” pactuados pelas empresas e agências financeiras internacionais ao número de participantes que debateram no Riocentro o “futuro do planeta”. Foram 45.381 participantes; 188 delegações dos Estados-Membros e três observadores; mais de 100 chefes de Estado e de Governo; 12.000 delegados; 9.856 ONGs e Major Groups e 5.000 pessoas que trabalharam durante o evento em Junho de 2012(ONU Brasil)⁷.

Repleta de propostas, acordos, projetos e muitos pontos divergentes entre os países centrais, periféricos e em desenvolvimento, a Rio + 20 centralizou todos os holofotes para proclamar e efetivar a “Economia Verde” como solução para os problemas econômicos, sociais e ambientais do planeta.

As estratégias de mercadorizar a natureza com maior eficácia bem como de tornar o capitalismo “verde” foi reiterada nesta referida conferência e revigorada pela lógica da responsabilidade social e ambiental empresarial e pelo comprometimento quase orgânico da OMC, FMI e outras agências para desacelerar o processo de degradação do meio ambiente através da eficiência do mercado e do crescimento econômico mundializado.

⁶ Trabalharemos o entendimento do que se denominou “Economia Verde” no item seguinte.

⁷ Cf: www.onu.org.br acesso em 30/06/2013

A Rio + 20, não podemos negar, tratou de temas importantes para o futuro do planeta cujo objetivo era fazer uma séria revisão das ações presentes e efetivadas pelas Agendas 21 no mundo inteiro, ou seja, um balanço das conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em duas décadas⁸. Mas o bojo do debate se concentrou nos objetivos do capital e dos Estados Nações (Estados de economia central) com suas respectivas delegações com interesses que colidiam com uma proposta efetiva de sustentabilidade e preservação do meio ambiente proposto pelos/as participantes da Cúpula dos Povos, que analisaremos mais adiante. Como exemplo, podemos destacar a posição reiterativa dos EUA, que continuam sendo um dos maiores emissores de carbono do mundo e mantêm sua restrição ao Protocolo de Kyoto que exige dos países signatários a redução do nível de poluição, o que significa reduzir também a produção e o consumo.

É mister, porém, afirmar que o direcionamento e a prevalência da Rio + 20 sobre as discussões em torno da “Economia Verde” se faz mediante a necessidade estratégica do projeto de acumulação capitalista e de uma opção político-ideológica que torna a natureza cada vez mais mercantilizada e objeto de especulação do capitalismo financeiro. Novamente vimos o triunfo dos balcões de negócios do capital em detrimento da pauta dos países periféricos e dos/as ativistas ambientalistas que pediam ações imediatas de combate a pobreza; acesso à água potável; saneamento básico; saúde; educação; direitos humanos e perdão de suas dívidas.

Outro retrocesso, que tem relação com o jogo de interesses que circundam as conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável das Nações Unidas diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Na Rio + 20 os movimentos feministas e outras instituições que lutam pelos direitos das mulheres criticaram duramente o Relatório Final da Conferência que atendendo aos interesses e a pressão do Vaticano (presente no evento como observador) retirou do Relatório final a expressão “direitos de sexualidade e reprodução” que se referiam a autonomia da mulher sobre o seu corpo, como por exemplo, a decisão de ter filhos/as, direitos que foram reconhecidos em 1995 na Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing. No relatório final da Rio + 20 o texto menciona “serviços de saúde ” da mulher deturpando reivindicações históricas.

As organizações feministas protestaram e declararam publicamente sua insatisfação e indignação em carta aberta ao evento no Riocentro em que criticam o Vaticano e os países que o apoiaram como a Rússia, Costa Rica, Nicarágua, Egito,

⁸ Como era uma conferência de “revisão” muitos líderes dos países centrais não se fizeram presentes (apenas suas delegações), a saber, o presidente dos EUA Barack Obama, da chanceler alemã Ângela Merkel e do parlamento europeu.

Chile, Honduras e República Dominicana por terem afirmado que direitos reprodutivos não estão relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Os direitos reprodutivos são necessários para a igualdade de gênero para que todas as mulheres possam participar ativa e politicamente em todas as dimensões da vida pública e privada. Os direitos reprodutivos fazem parte dos direitos humanos das mulheres, e não devem ser renegociados ou usados como moeda de troca na Rio +20. Os direitos reprodutivos são essenciais para a sustentabilidade global, a justiça social e econômica. Não aceitamos retrocessos em matéria de direitos sexuais e reprodutivos na Rio +20⁹.

O fracasso da Rio + 20 sentido principalmente pelos participantes da Cúpula dos Povos foi explicitamente demarcado na crítica realizada ao relatório final da conferência *The future we want (O futuro que queremos)* com ênfase na efetivação da “Economia Verde” em todo mundo.

A “Economia Verde” que muitos pensam ser uma proposta de substituição do desenvolvimento sustentável é um meio “eficaz”, na perspectiva do mercado para viabilizar as três dimensões que estão contempladas no ideário de desenvolvimento sustentável: a econômica, social e ambiental. A “Economia Verde” substituiria, desse modo, o atual modelo “economia marrom” que é menos rentável e tem um custo ambiental muito alto.

“Economia Verde”: estratégia de renovação ideológica do capital

O Relatório da Iniciativa para Economia Verde (GEI – em Inglês) destaca dez setores com potencial para movimentar bastante recursos: edificações, florestas, turismo, água, gerenciamento de lixo, energia renovável, pesca, indústria, agricultura e transporte.

Assim, analisaremos a proposta de “Economia Verde” à luz do relatório “O futuro que queremos” em que esta proposta de “ecologização” da economia propõe captar e ampliar recursos na promoção de uma produção e consumo com bases sustentáveis com baixo consumo de carbono.

Nós estamos convencidos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve contribuir para se alcançar metas-chaves – em particular as prioridades

⁹ CF: www.abortoemdebate.com.br - “Declaração das Organizações Feministas Brasileiras presentes na Rio + 20 e Cúpula dos Povos”. Acesso em 04/07/2013.

de erradicação da pobreza, segurança alimentar, um sólido gerenciamento de recursos hídricos, acesso universal a serviços de energia moderna, cidades sustentáveis, gerenciamentos de oceanos e melhorando a resistência e a preparação para desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e igualitário incluindo para jovens. Ela deve se basear nos princípios da Rio-92, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e deve ser centrado nas pessoas e inclusivo, oferecendo oportunidades e benefício para todos os cidadãos e todos os países (O FUTURO QUE QUEREMOS, 2012, p.06).

É importante alertar que a proposta de uma “Economia Verde” preconiza substancialmente o papel do mercado, ou seja, do setor privado nos investimentos; na facilitação de transferência e implantação de tecnologias de meio ambiente e na operacionalização para transição do atual modelo de economia. O papel do estado nessa regulação é de “liderar” estes processos e utilizar seus dispositivos políticos e jurídicos como facilitadores desta transição. Temos mais uma vez a participação ativa do Estado na implementação dos interesses do capital contrariando sua responsabilidade na promoção de políticas sociais universais.

Trata-se de uma justaposição entre o ideário neoliberal sustentável do *Relatório Brundtland* e a concepção de um modelo de economia que considere o meio ambiente e não só o crescimento econômico ortodoxo. É a prevalência da eficiência no uso dos recursos naturais objetivando crescimento, erradicação da pobreza e justiça social sem remeter as determinações da desigualdade social no capitalismo. De acordo com a UNEP (Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente, 2011, p.16), a “Economia Verde” é conceituada como “aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”.

Segundo a afirmação do comissário da União Europeia para o Meio Ambiente Jan Potocnik, em entrevista concedida a revista *Veja* no período da Rio + 20, os países europeus preferem não utilizar a denominação “Economia Verde” e sim “*resource efficiency*”. Colocou, ainda, que haverá em 2030 três bilhões a mais de consumidores de classe média e para atender esta demanda será preciso 140 bilhões de toneladas de alimentos. A demanda por comida crescerá 70%, o que justifica eficiência no uso dos recursos naturais¹⁰.

¹⁰ Cf: “Entrevista Jan Potocnik “Economia Verde é crescimento, erradicação da pobreza e justiça social” Por Márcia Régis. Revista *Veja*, Edição 2274, Junho de 2002 – Rio + 20: verdades inconvenientes.

Neste sentido, é correto afirmar que a “Economia Verde” está na ordem do dia muito mais pelo montante de recursos que serão alocados para os setores estratégicos do meio ambiente para fins de acumulação do que pela preocupação com a fome na África Subsaariana ou insegurança alimentar que já atinge milhões de pessoas em todo mundo. Ainda, segundo Jan Potocnick, em 2050, as oportunidades de negócios em torno da biodiversidade poderão alcançar valores na ordem de 800 milhões a 2,3 bilhões de dólares por ano.

As preocupações com as mudanças climáticas que também foram debatidas na Rio + 20 e na Cúpula dos Povos, mereceram muita atenção do mercado e se constituíram num desafio para “Economia Verde”. Há vários estudos e documentos e a própria realidade já demonstra os impactos nos lucros das empresas causados pelas mudanças climáticas, escassez de matéria-prima e de parques recursos naturais.

Como exemplo disto, podemos citar o relatório divulgado pela UNEP (Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente) intitulado de “GEO-5 para negócios: impactos de um ambiente em mudança no setor corporativo”. O documento revela como as empresas no mundo inteiro vêm sendo afetadas por inundações; aumento de temperatura; escassez de água, entre outros. Assim, a “Economia Verde” encontra eco para sua efetivação mediante sua promessa de eficiência no uso dos recursos naturais, adoção de tecnologias “limpas” e oportunidades para os investimentos. É a garantia de acumulação do capital num ambiente degradado, mas que ainda há muito para se espoliar, explorar e lucrar.

A crítica que fazemos é que esta proposta de “Economia Verde” se configura como mais uma tentativa de restauração do capital no seu momento de crise.

Nota-se no relatório final da Rio + 20 uma incongruência com o que está posto na realidade. Os projetos empresariais em curso em todo mundo e atestados com certificação ambiental provocam uma série de conflitos socioambientais que se verifica na “tragédia da classe trabalhadora” - maior população deste planeta e a mais atingida pela produção destrutiva que o capital exerce na natureza. “Houve considerável aceleração do jogo dos mecanismos cumulativos, destruidores dos equilíbrios ecológicos, sob o efeito das formas de produção e de consumo” (Chesnais e Serfati 2003, p.41).

Ou seja, a produção em larga escala, que possibilitou à dinâmica capitalista obter ganhos econômicos e políticos, só foi possível com o mercado colocando-se em situação de expansão contínua. É o mercado que regula a política, a economia; ajusta; molda; flexibiliza e perverte as relações sociais. O mercado é o indexador do pauperismo, que o Banco Mundial e a OMC preferem, ideologicamente, chamar de pobreza.

Os problemas estruturais como a fome crônica, a pobreza, as violações de direitos humanos; a violência contra mulher; racismo; conflitos socioambientais no mundo inteiro são citados nos documentos e relatórios das conferências supracitadas sem mencionar suas determinações estruturais. Mas isso, não é novo, há historicamente uma tendência político-ideológica de “humanização do capital”, de busca para conciliar as forças produtivas do capital e as demandas ambientais e sociais. É isso que a “Economia Verde” propõe. Do nosso ponto de vista concordamos que “não dá para acreditar no conto de fadas de um mercado benevolente” (Mészáros, p. 901, 2002).

O sistema de produção capitalista é marcado atualmente pela divisão de mercados, própria da geopolítica do capital transnacionalizado; pelo desemprego estrutural que atinge a um só tempo, os países centrais e periféricos; pela divisão global do trabalho e pela reorganização financeira e tecnológica do capital (Antunes, 1999) que precisa se expandir para garantir a maximização dos lucros. Assim, o filão do mercado hoje é a busca de novos territórios ou como bem define Harvey (2006) uma “nova” espoliação para acumulação desses nichos.

Neste sentido, a “Economia Verde” não é uma simples tautologia sobre a sustentabilidade, é mais que isso. É a entrada efusiva das empresas e do Estado, comprometidos com ganhos reais de acumulação do capital. Sobre isso Misoczky e Böhm (2012, p. 550) comentam:

A economia verde é um meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para exploração sustentada. Seja qual for a verdade sobre estas proposições, o significado do capitalismo verde é muito mais profundo. Ele tem se tornado nada menos que a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza.

É importante situar qual o papel do Brasil em relação a “Economia Verde”. Ainda, conforme Misoczky e Böhm (2012, p. 559), antes mesmo da Rio + 20, o Brasil já tinha, por parte do governo, proposto algumas ações no âmbito da “Economia Verde” e criou uma espécie de consórcio institucional para dinamizar a investida do capital sobre a natureza, o TEEB Brasil.

O TEEB Brasil foi criado através do Ministério do meio Ambiente (MMA), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPE), da UNEP e da Conservação Internacional do Brasil. Objetiva monitorar os impactos ambientais e sociais no âmbito nacional avaliando a perda da biodiversidade e degradação do meio ambiente em sua

totalidade. Durante a Rio + 20 foi lançado no evento da CNI (Confederação Nacional das Indústrias) o TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro com patrocínio direto da Monsanto, Natura e Santander (Misoczky e Böhm, 2012).

Desse modo, podemos afirmar que a “Economia Verde” tende a minimizar a complexidade do momento histórico, obstaculizando a elaboração de estratégias de enfrentamento sócio-político que coloquem em cena as determinações reais da questão socioambiental.

Assim, compreendemos que a crise do capitalismo é estrutural e se capilariza em todas as dimensões da vida humana e a saída para superação de tal crise deve ser também, estrutural. A história vem nos mostrando, que até hoje, as propostas e estratégias de desenvolvimento, sejam elas economicistas ou sustentáveis mantêm intocáveis a lógica de acumulação do capital, privilegiam o crescimento econômico em detrimento de ações que possam conter efetivamente a degradação socioambiental. O resultado final da Rio + 20 e sua ideia central de uma “Economia Verde” foi duramente criticada pela Cúpula dos Povos.

A Cúpula dos Povos – Um outro mundo é realmente possível?

“Eu vivo em tempos sombrios. Uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez, uma testa sem rugas é sinal de indiferença, aquele que ainda ri é porque ainda não recebeu a terrível notícia” (Bertold Brecht). Na Cúpula dos Povos recebemos notícias terríveis que o poema de Brecht nos alerta. Como exemplo, podemos apontar a certeza do fracasso da conferência quando centralizou todos os esforços e debates para a “Economia verde”, ignorando o apelo de um meio ambiente concretamente sustentável pautado por segmentos organizados da sociedade civil presentes na Cúpula dos Povos.

A ideia da Cúpula dos Povos surgiu numa reunião plural dos movimentos e organizações sociais do Brasil em novembro de 2010 na qual foi criada o Comitê Facilitador da Sociedade Civil - CFSC cujo objetivo era articular e facilitar a participação da sociedade civil em nível nacional e internacional no processo preparatório e durante a Rio + 20¹¹.

Assim, de 15 a 26 de junho de 2012 ocorria no Rio de Janeiro no Aterro do Flamengo, a Cúpula dos Povos. Contou com cerca de 20.000 mil ativistas, 7.000 mil ONGs e movimentou mais de 300.000 mil pessoas no evento. A Cúpula dos Povos é sem dúvida o contraponto da Rio + 20 e sintetiza, neste momento contemporâneo de

¹¹ CF: www.soscorpo.org.br - Boletim Articulação de Mulheres Brasileiras, Rio + 20, nº1, setembro, 2011.

aguda crise do capital, um movimento de resistência mundial de toda população oprimida, espoliada, explorada pelo capital: mulheres; povos indígenas; quilombolas; sem-tetos; sem-terra; juventude; agricultores/as; operários; desempregados; estudantes e tantos outros/as que reivindicam uma pauta histórica, extensa e urgente por direitos. Três eixos nortearam a Cúpula dos Povos: 1) denúncia das causas estruturais, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; 2) soluções e novos paradigmas dos povos e 3) estímulo às organizações e movimentos sociais para articular suas demandas específicas ao processo de luta anticapitalista.

O Governo brasileiro que teve uma postura “tímida” ou em consonância total com as propostas impostas pelos lobbys das grandes corporações e pelos países centrais tratou de concluir os trabalhos e apresentar o documento final da Rio + 20. Necessário esclarecer que uma das questões colocadas pelo próprio governo brasileiro para positivar e referendar a Rio + 20 foi a participação da sociedade civil organizada no evento oficial, com representação na Comissão Nacional e Internacional que foi responsável por quase 4,8 mil páginas de propostas para compor o documento-base da conferência conhecido como “Rascunho Zero”.

Como já era de se esperar todas as propostas enviadas pelas entidades democrático-populares organizadas da sociedade civil colocadas na mesa de negociação foram classificadas como inegociáveis. A exemplo, do perdão da dívida externa para os países de economia periférica; do financiamento de projetos agroecológicos e de agricultura familiar em detrimento do agronegócio; os direitos sexuais e reprodutivos que foram rejeitados pelo Vaticano e outros países como vimos anteriormente.

O antagonismo entre a Rio + 20 e a Cúpula dos Povos se tornou evidente com a publicização do relatório “O futuro que queremos”. Neste documento se explicitavam o projeto de financeirização da natureza e a rejeição das propostas críticas oriundas da Cúpula dos Povos. As tentativas de proposições mais avançadas e radicais no manejo dos recursos naturais; na garantia dos direitos humanos; na transferência de tecnologia; na garantia do acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos; direito à água; regulação dos mercados financeiros e commodities, entre outras foram excluídas do referido relatório.

Na Rio + 20, o G-8, o G-20 e o mercado capitalista pactuaram em prol dos seus interesses, e, isso significa, entre outras coisas, manter o sistema produtivo com suas atividades predatórias em pleno funcionamento com a promessa de suavização por parte de uma “Economia Verde” que antes mesmo de sua concreção já estava esvaziada de um conteúdo radical ao combate das desigualdades sociais e pelo fim

dos conflitos ambientais. Prevalece nesta sociabilidade enorme dívida histórica ambiental que deve ser saldada pelos países com intensa industrialização.

As vozes dissonantes do discurso legitimador da “Economia Verde” da Rio + 20 se fizeram ouvir na elaboração do Relatório Final da Cúpula dos Povos, notadamente nos eixos de luta:

contra a militarização dos Estados e territórios; contra a criminalização das organizações e movimentos sociais; contra a violência contra as mulheres; contra as grandes corporações; contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas; pela garantia do direito dos povos à terra e território urbano e rural; pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos; pela garantia e conquista de direitos; pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai; pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização; pela democratização dos meios de comunicação; pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica; pela construção do Dia Mundial de Greve Geral; voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução¹².

A análise que fazemos é que a Cúpula dos Povos cumpriu o seu papel em várias frentes ao articular e reunir segmentos democráticos e populares organizados descontentes e indignados. Merece destaque a ação militante em prol de um projeto anticapitalista, com uma ação tática e estratégica para ser desencadeada em cada território em disputa, conforme seu relatório final. E, também, por denunciar a proposta de “Economia Verde” como mais uma estratégia para fins de acumulação capitalista prescrita para os países de economia periférica e em desenvolvimento.

A crítica radical da Cúpula dos Povos ao G-8/G-20, as agências financeiras internacionais e ao capital representado por grandes corporações/empresas que ditaram regras e definiram o que deveria compor o Relatório “O futuro que queremos” da Rio + 20 foi pela ausência de um plano e soluções concretas para combater o processo de degradação ambiental e os conflitos socioambientais que erigem do modo destrutivo de produção do capital.

A investida do capital na conquista e expansão de territórios para mercantilização da natureza vem dilapidando de forma intensa a biodiversidade nos países periféricos e em desenvolvimento, no caso do Brasil, por exemplo. A

¹² Cf: www.cupuladospovos.org.br acesso em 04/07/2013.

exploração da biodiversidade e as constantes perdas deste patrimônio natural são verificadas pela destruição dos ecossistemas por diversas atividades produtivas. Para Shiva (2001), as duas causas principais que estão atreladas a perda da biodiversidade são a destruição dos habitats devido aos megaprojetos de desenvolvimento como a construção de hidroelétricas, barragens e rodovias. Neste sentido, não há nenhum tipo de concessão que se possa fazer a este modelo de desenvolvimento predatório próprio do sistema capitalista como também não há nenhuma ilusão a respeito da viabilidade da “Economia Verde” como estratégia para reverter a crise socioambiental.

Considerações finais

Somente uma agenda anticapitalista articulada pelos diferentes movimentos sociais e partidos políticos de esquerda será capaz de incluir a defesa da segurança alimentar para os milhões de miseráveis deste planeta; distribuição de terra e fim dos latifúndios ou a suspensão dos pagamentos dos países periféricos ao FMI; trabalho; acesso com qualidade a saúde, educação e cultura; direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Não há nenhum indício de mudanças estruturais no escopo das “alternativas ambientais da Economia Verde” que permita, por exemplo, a socialização da riqueza socialmente produzida - o que é muito diferente de programas de redução da pobreza como recomenda o Banco Mundial e a OMC.

Desta forma, a Cúpula dos Povos se constitui como uma força de resistência que pode construir uma agenda convergente entre todos os movimentos e organizações sociais nacionais e internacionais numa luta coletiva.

É urgente a unificação das lutas em torno da construção de propostas alternativas anticapitalistas. É imperativo explicitar a necessidade das transformações na estrutura complexa da sociedade, diante da produção em larga escala da desigualdade social e da insustentabilidade ambiental.

Neste sentido, a força da mobilização e da luta foram evidenciadas na “Marcha dos Povos” que colocou mais de 80.000 mil pessoas na Av. Rio Branco no Rio de Janeiro que pediam mudanças estruturais e criticavam veementemente o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico.

O desenvolvimento sustentável revelou em seus fundamentos sociopolíticos e estratégias de implementação a força material que assume a ideologia quando integrada e assimilada ao modo de pensar dos sujeitos coletivos e individuais. O processo para desmistificar a função ideológica do desenvolvimento sustentável constituiu-se numa árdua tarefa teórico-política que, de certo modo, ainda está em curso.

A proposta de “Economia Verde” lança no cotidiano da vida social o firme propósito de desresponsabilizar as classes dominantes e o Estado nos países centrais e periféricos, em relação ao “destino” perverso e sombrio a que humanidade e natureza estão submetidas sob o domínio do capital. Noções de “empresas cidadãs” que atuam na proteção do meio ambiente intencionam anular os interesses de classe presentes no processo de degradação socioambiental. Dissemina-se o ideário da responsabilidade ambiental e compromisso de todos para “salvar o meio ambiente”, visto que todos “igualmente” são acusados pela degradação ambiental.

Interessante é constatar que a história se faz na permanente luta entre as classe sociais, ora de modo explícito, ora de modo silencioso. A Rio + 20 foi mais rapidamente desmistificada e criticada se comparada com a Rio-92. A Cúpula dos Povos reúne pluralidade de instituições e sujeitos coletivos com orientação política diversas. O que merece destaque é identificar a capacidade que tiveram de associar os problemas cotidianos em termos, dentre outros, da fome; violência; neoconservadorismo; biopirataria; violação de direitos no acesso à saúde, educação e cultura e políticas sociais fragmentadas e focalistas com as determinações do sistema do capital e, neste sentido fizeram retornar ao ideário da resistência a necessidade histórica de uma agenda anticapitalista.

Isto é significativo se pensarmos no processo histórico que colocou parte majoritária das esquerdas, no mundo e no Brasil, como sujeitos dóceis as iniciativas do capital, em detrimento da construção de um projeto societário emancipatório. A apropriação dos fundamentos teórico-políticos que possibilitem fazer a crítica a função ideológica que assumem o desenvolvimento sustentável e a “Economia Verde” é fundamental para as/os assistentes sociais que, inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais lidam com políticas sociais, que, se por um lado permanecem necessárias no atendimento das necessidades imediatas da população que vive em profundidade a escassez de condições materiais, por outro lado, têm sido essas mesmas políticas sociais, que sob orientação dos interesses dominantes, socializam valores e noções que reiteram o universo capitalista, a exemplo das noções de vulnerabilidade e exclusão social, desenvolvimento sustentável e tantas outras.

A desigualdade social como produto das relações sociais sob o comando do capital segue intacta nestas formulações. Nossa tarefa é também exercer a crítica permanente a determinados conceitos e situações que reiteram processos intensos de dominação, exploração e opressão.

Há um cheiro de rebeldia no ar, um estado de insatisfação coletiva e de indignação. Uma onda de esperança e vontade de transformar a realidade ronda novamente o mundo. Os ventos das mudanças que queremos sopram de todos os

cantos do mundo, da Primavera Árabe ao Movimento pelo Passe Livre no Brasil, da resistência e luta dos povos indígenas e ribeirinhos contra a hidrelétrica de Belo Monte no Pará ao movimento Chipko na Índia. Qualificar e articular todas essas questões e sujeitos numa agenda anticapitalista permanecem o grande desafio para a classe trabalhadora.

A análise de que houve retrocessos na Rio + 20 é lugar comum entre os ativistas presentes na Cúpula dos Povos, porém podemos afirmar que as tendas que foram armadas no Aterro do Flamengo representaram uma possibilidade de articulação mundial entre os povos e os movimentos e organizações contra a ofensiva capitalista. Um ativismo que reúne mulheres e homens, negros, negras, índios, ribeirinhos, população LGBT, idosos, crianças, uma juventude aguerrida e todos/as que estão com seus direitos violados, explorados no seu trabalho e impedidos do uso da natureza que é um bem coletivo. Que o espírito da Cúpula, que a imprensa burguesa classificou de “raivosa”, seja multiplicado, alimentado, efetivado nas ruas, nos territórios das populações tradicionais, nas escolas, universidades, nas fábricas e em todo planeta. Reorientar as práticas socioambientais e nossas ações políticas para a crítica à sociabilidade vigente constituiria o “verdadeiro alvo da transformação emancipatória” (Mészáros, 2002, p.451), outro mundo será possível, a história nos dirá...

Referências Bibliográficas:

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Crítica marxista, nº16. São Paulo: Boitempo, 2003.

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 2001.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Anablume, 2006.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MISOCZKY, M.C; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. Cadernos EBAPE.BR, v.10, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, 2012.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Andréa Lima. “A morada do/a teimoso/a”: as práticas socioambientais de resistência dos/as moradores/as de Mãe Luiza/Natal – um território(in)sustentável. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE, Recife: mimeo, 2003.

Outras fontes de pesquisa:

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório da Delegação Brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1993.

Revista Veja, Edição 2274, Junho de 2002 – Rio + 20: verdades inconvenientes.

Relatório “O futuro que queremos” – ONU, Rio de Janeiro, 2012.